

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 29/04/2022

2 Ao vigésimo nono dia, do mês de Abril, de dois mil e vinte dois, às quinze
3 horas, por meio de videoconferência disponível no link: [meet.google.com/oiz-
5 sgfy-yuk](https://meet.google.com/oiz-
4 sgfy-yuk), iniciou-se a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória,
6 Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia fez-se
7 presentes, por meio virtual: **TITULARES GOVERNAMENTAIS: Silvio Renato**
8 **Fernandes Jardim** (SEJUF); **SUPLENTES GOVERNAMENTAIS: Aimoré**
9 **Índio do Brasil Arantes** (SECC); **TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL: Ivete**
10 **Maria Caribé Rocha** (SERPAJ), **Aluizio Ferreira Palmar** (CDHMP);
11 **CONVIDADOS (AS) TITULARES: Rodrigo Collares Tejada** (DPU) e Maria
12 **Aparecida Blanco de Lima** (TJPR). **COLABORADORES (AS): Jane Vasques**
13 **(SEJUF/DEDIF), Daiane Pego** (DEDIF/SEJUF), **Claudia Hoffmann** (MPPR e
14 **Coordenadora do Lume), Raquel Osowski** (MPPR), **Norton Nohama** (UFPR);
15 **Gabriela Daphne Pereira Ferreira** (MPPR). **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**
16 Não houve justificativa de ausência. **1. Abertura:** Primeiramente, Ivete
17 agradeceu a todos os presentes, em seguida, Jane realizou a chamada
18 nominal de todos os representantes (titulares e suplentes), convidados e
19 colaboradores participantes. **2. Aprovação da pauta:** A pauta foi aprovada por
20 todos e todas. **3. Informes Gerais:** Ivete relatou que foi enviado, pela segunda
21 vez, o Ofício para os familiares da Comissão Especial de Mortos e
22 Desaparecidos Políticos (CEMDP), e não houve nenhuma resposta.
23 Seguidamente, Aluizio informou que o Ofício pode ser encaminhado para uma
24 colega sua, Diva Santana, que representa os familiares da comissão, o contato
25 da representante será informado por Aluizio em breve. **4. Aprovação das Atas**
26 **– Reunião Ordinária de Fevereiro e Reunião Extraordinária de Março:** As
27 atas foram previamente enviadas para todos e todas e, após exposição, foi
28 solicitado a correção de detalhes de redação da Reunião Ordinária de

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

30 via *e-mail*, não houve mais nenhuma objeção, as atas foram aprovadas. **5.**
31 **Solicitação de Indicação de Servidor (a) da SEJUF para a “Sala Lume –**
32 **Lugar de Memória Juiz Aldo Fernandes”**: Silvio cumprimentou os presentes,
33 comentando que a secretaria solicitou e encaminhou os documentos
34 necessários ao recursos humanos do estado no dia 26 de janeiro de 2022, para
35 a contratação de um servidor(a) do campo da história ou áreas relacionadas
36 para a Sala Lume, e que até o momento, não houve nenhuma indicação.
37 Continuou, relatando que Olympio pessoalmente solicitou ao secretário do
38 estado um novo servidor (a), e aguardam a contratação, finalizou mencionando
39 que durante esse tempo, procurou soluções, porém, todas foram inviabilizadas,
40 finalizou lamentando a situação. **6. Entrega do Plano de Trabalho do LUME**
41 **do Ano de 2022 ao TJPR**: Ivete elucidou que o relato foi entregue ao TJPR,
42 para o desembargador José Laurindo. Em seguida, Cláudia relatou que
43 felizmente foi efetivado o pedido no mesmo dia desta reunião, e que já
44 estiveram presentes no TJPR, sendo a maior preocupação durante o processo,
45 o receio de não ter contato com o novo presidente, desde a primeira reunião do
46 CEMVEJ em 2020, que na data era presidido por outra pessoa. Continuou,
47 afirmando que o novo presidente foi receptivo e justificou que a Sala do Lume
48 não está ocupada, pois, não existem recursos financeiros para transformar o
49 local em um espaço museal, foram relatadas estas dificuldades e apresentado
50 os objetivos do plano ao Tribunal de Justiça, dentre os objetivos, está fazer do
51 local, um museu interativo, integrando cultura e educação, sendo aberto para a
52 comunidade. Ao fim, informou que a partir do dia 20 de maio de 2022, está
53 previsto uma reunião com a equipe do TJPR para avançar o projeto. **7. Caso**
54 **Cláudia**: Aluizio comentou das dificuldades de se fazer pesquisa e coletar
55 informações, pois para além dos muitos caminhos a se seguir na pesquisa,
56 existem informações e desinformações em demasia, por este motivo, acabam
57 perdendo-se informações relevantes, reafirmou, que a pesquisa neste assunto
58 tem de ser feita de forma cuidadosa, pela temática de crimes ocorridos no

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

60 período da ditadura militar. Prosseguiu, relatando que o Caso Cláudia chegou a
61 seu conhecimento pelo pesquisador Eduardo Reina, autor de um livro sobre
62 crianças desaparecidas. Então, Aluizio iniciou o relato do Caso Cláudia: *Em*
63 *1968, Emília Teles, uma jovem de vinte anos, que residia aos arredores da*
64 *cidade de Londrina, provavelmente membro da Ação Popular, organização de*
65 *esquerda católica, que realizava trabalho de base de formação e*
66 *conscientização política, na zona rural, junto aos trabalhadores do café, sendo*
67 *a coordenação e recepção dos estudantes para militância, na época, era*
68 *realizada por um casal de deputados, Waldyr Pugliesi e Irondi Pugliesi, do*
69 *município de Arapongas. A jovem foi presa e trazida para Curitiba, estava*
70 *grávida de nove meses, o parto foi realizado na Maternidade Mater Dei, e*
71 *quem deu a entrada e acompanhou Emília na maternidade, foi um oficial do*
72 *exército chamado Alfredo Bello Wanderley e sua esposa Sílvia. A criança, de*
73 *sexo feminino, nascida em 13/10/1968, chamou-se Cláudia, por motivo ainda*
74 *desconhecido, não permaneceu com a mãe, e foi adotada por Alfredo e Sílvia.*
75 *Cláudia, passou a infância e boa parte da juventude em Curitiba, e após o*
76 *falecimento dos pais adotivos, houve um disputa entre irmãos em relação a*
77 *herança, e no meio deste conflito, Cláudia descobriu ser adotada. Seus pais*
78 *biológicos eram uma presa política chamada Emília Teles, e seu pai de*
79 *identidade desconhecida, era provavelmente também militante da Ação*
80 *Popular. Cláudia entrou em contato com a mãe biológica, porém, ela não deu*
81 *muita informação de como foi seu nascimento ou adoção, só confirmou que foi*
82 *presa por motivações políticas. Atualmente, Cláudia trouxe a público o caso,*
83 *para clarificar todas as questões envolvidas e para uma reparação histórica,*
84 *desde sua adoção até a identificação de seu pai biológica.* Após relato, Aluizio,
85 frisou que este caso é um caso de desaparecimento de crianças na ditadura,
86 comentou ainda, não saber como proceder, se chamaria Cláudia para uma
87 próxima reunião ou se inicia de imediato uma comissão só para o caso. Em
88 seguida, Norton comentou que convocar uma comissão com duas ou três

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

90 pessoas, seria ótimo para o levantamento de informações e realizar as
91 formalizações e encaminhamentos necessários para tornar o caso oficial. Ivete
92 afirmou que em um primeiro momento, o ideal era convocar Cláudia para uma
93 oitiva junto ao Ministério Público e deixar a comissão já tabulada.
94 Seguidamente, Aluizio comentou que possui o contato de Cláudia, e entrará
95 em contato o mais breve possível, para verificar a agenda dela, para marcar
96 reunião. Ivete afirmou que fica pré definida a reunião com Cláudia Marinho
97 Wanderley para a primeira quinzena de maio, assim como a tabulação da
98 comissão para o caso. **8. Balanço de Ações Junto ao CIDH:** Aluizio iniciou
99 relatando que foi cobrado de Rafael a verificação sobre os avanços em relação
100 ao Comitê Interamericano de Direitos Humanos (CIDH), dos casos de
101 desaparecidos políticos ocorridos no período da ditadura militar. Afirmando, que
102 existem casos já em julgamento pelo CIDH e outros em que os familiares
103 clamam por justiça, por exemplo, de seis casos, em que já houve oficialização
104 e avanços pelo conselho e que tem de ser levado para o CIDH, para que o
105 Estado brasileiro preste contas do desaparecimento destas pessoas, exigindo
106 uma reparação histórica. Em seguida Aluizio, citou os nomes dos
107 desaparecidos, com casos já avançados no conselho estadual, sendo eles:
108 Henrique Rugel, Onofre Pinto, Leal Carvalho, Daniel Carvalho, José Laverk e
109 Victor Ramos. Reafirmou que foi comprovado pelo conselho, inclusive, as
110 famílias já receberam indenização, existindo documentos e depoimentos
111 destes casos na Comissão Nacional da Verdade (CNV). Posteriormente,
112 Raquel relatou que Rafael, responsável pelo caso, já reuniu o material e oficiou
113 os casos na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
114 (CEMDP), e que em próxima reunião, será apresentado relatório sobre as
115 ações do CIDH, e em seguida, será marcado oitivas com os familiares destes
116 seis casos. Raquel destacou que o Ministério Público aguarda a finalização do
117 processo, já que no inquérito civil resgatado de Foz do Iguaçu, recentemente
118 foram sugeridas diligências para a CEMDP, em que aguarda-se uma resposta,

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

120 e no inquérito policial, foi verificado, e demonstrou-se que foram realizadas
121 todas as diligências, explicando que a última estância são as diligências pela
122 CEMDP, que em tese, ainda existe um processo aberto para encontrar os
123 corpos. Finalizou, afirmando que o MP precisa provar que todas as vias foram
124 esgotadas, e que o estado não fez o que deveria ser feito, para depois ser
125 levado ao tribunal do CIDH. Raquel agradeceu, afirmando que o Ministério
126 Público espera que para a próxima reunião, trazer algo mais sistematizado.

127 **9. Cartilha “Caminhos da Resistência” em Formato Físico e Digital:** Aluízio,
128 relatou que o ano passado foi discutido a cartilha e não soube informar se
129 foram editadas ou não, informou que foi solicitado a impressão junto a reitoria
130 da UFPR, o MPPR e o Estado do Paraná. Seguidamente, Norton,
131 rememorando a reunião passada, afirmou que a cartilha “Caminhos da
132 Resistência” já foi impressa e a versão digitalizada já se encontra em no site:
133 [https://documentosrevelados.com.br/caminhos-da-resistencia-publicacao-do-](https://documentosrevelados.com.br/caminhos-da-resistencia-publicacao-do-forum-paranaense-de-resgate-da-mvj/)
134 [forum-paranaense-de-resgate-da-mvj/](https://documentosrevelados.com.br/caminhos-da-resistencia-publicacao-do-forum-paranaense-de-resgate-da-mvj/). Comentando que esta seria a versão
135 antiga da cartilha, ficou acordado, que o professor Luis Fernando com o grupo
136 dele, realizaria a atualização da cartilha, na qual ele já está trabalhando. Ao fim,
137 Daiane comentou que Luis Fernando, se responsabilizou por entrar em contato
138 com um amigo designer gráfico, para a realização de um mapa interativo,
139 destacou a importância de entrar em contato para verificar andamento. **10.**
140 **Encerramento:** Aluízio perguntou se alguém gostaria de participar da
141 comissão do Caso da Cláudia Marinho Wanderley, e avisou que se alguém se
142 interessar entrar em contato, afirmando a importância da diversidade de ideias
143 para o caso. Não havendo mais sugestões e questionamentos, Ivete agradeceu
144 os presentes e encerrou a reunião. **ENCAMINHAMENTOS: 3. Informes**
145 **Gerais:** Entrar em contato com Diva Santana (contato de Aluízio Ferreira
146 Palmar) para o reencaminhamento do Ofício para os familiares da Comissão
147 Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). **5. Solicitação de**
148 **Indicação de Servidor (a) da SEJUF para a “Sala Lume – Lugar de**

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

150 **Memória Juiz Aldo Fernandes”**: Informar se até a próxima reunião houve ou
151 não progresso na solicitação. **6. Entrega do Plano de Trabalho do LUME do**
152 **Ano de 2022 ao TJPR**: Está previsto reunião a partir de 20 de maio de 2022
153 com o TJPR, para verificar avanços no projeto. **7. Caso Cláudia**: Verificar o
154 agendamento (primeira quinzena de maio) para reunião oitiva com Cláudia
155 Marinho Wanderley, e composição da comissão para levantamento de
156 informações sobre o caso.